Globethics Repository



Filosofia britânica [British philosophy]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Cachel, Andrea
Publisher	UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-04 14:54:22
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/234327

ISSN: 1414-3917

É: Revista
Ética e
Filosofia Política

Número XVII
Volume I
Agosto de 2014



Filosofia Britânica dos séculos XVII e XVIII

A filosofia britânica produzida nos séculos XVII e XVIII abrange temas que passam por quase todas as áreas da filosofia, definindo contornos decisivos para futuras abordagens no campo da filosofia política, da ética, da teoria do conhecimento e da estética.

Revista do Departamento de Filosofia da
Universidade Federal de Juiz de Fora

ufjf

Júlio Maria Fonseca Chebli – Reitor
Marcos Vinício Chein Feres – Vice-Reitor

Instituto de Ciências Humanas
Altemir José Gonçalves Barbosa – Diretor
Ricardo Tavares Zaidan – Vice-diretor

Departamento de Filosofia
Juarez Gomes Sofiste – Chefe de Departamento
Mário José dos Santos – Coordenador do Curso
Antônio Henrique Campolina Martins – Diretor da Revista

Faculdade de Direito
Aline Araújo Passos – Diretora
Raquel Bellini de Oliveira Salles – Vice-diretora
Denis Franco Silva – Coordenador do PPG em Direito e Inovação
Vicente Riccio Neto – Vice-coordenador do PPG em Direito e Inovação

---

Comissão executiva

É: Revista Ética e Filosofia Política

ISSN: 1414-3917

Antonio Henrique Campolina Martins – Editor
Marcos Vinicio Chein Feres – Co-Editor
Clinger Cleir Silva Bernardes – Editoração Eletrônica
Camila Fonseca de Oliveira Calderano – Secretária

Conselho Editorial

Antonio Cota Marçal (UFMG)
Bruno Amaro Lacerda (UFJF)
Gustavo Arja Castañon (UFJF)
José Henrique Santos (UFMG)
Luciano Caldas Camerino (UFJF)
Luciano Donizetti da Silva (UFJF)
Manoela Roland Carneiro (UFJF)
Nathalie Barbosa de La Cadena (UFJF)
Pedro Henrique Barros Geraldo (Universidade de Montpellier)
Paulo Afonso Araújo (UFJF)
Ricardo Vélez Rodríguez (UFJF)
Roberto Markenson (UFPB)
Ronaldo Duarte da Silva (UFJF)
Thereza Calvet de Magalhães (UFMG)
Wolfram Hogrebe (Universidade de Bonn)

www.ufjf.br/eticaefilosofia

Sumário

Editorial 1
Andrea Cachel

Artigos

Razão e conflito no estado de natureza Hobbesiano 6
Clóvis Brondani

Bernard Mandeville e as Escolas de Caridade 24
Ari Brito

Beleza e Moralidade em Shaftesbury e Hutcheson 34
Andrea Cachel

Berkeley e o critério de inteligibilidade na aritmética e na álgebra 47
Alex Calazans

O projeto newtoniano de matematização da natureza: uma resposta às explicações qualitativas de Descartes? 76
Veronica Ferreira Bahr Calazans

Os antecessores de Hume no problema da identidade pessoal 102
Flávio Miguel de Oliveira Zimmermann

Hume e o "eu" como um teatro das percepções 121
André Luiz Olivier da Silva

A existência de crenças morais torna Hume em um cognitivista moral? 139
Franco Nero Antunes Soares

A herança de Hume ao pensamento teórico de Kant 156
Rômulo Martins Pereira

A humanização da experiência no auge da Filosofia Clássica Alemã 165
Humberto Schubert Coelho

É: Revista
Ética e
Filosofia Política

Número XVII – Volume I – agosto de 2014
www.ufjf.br/eticaefilosofia

Editorial

A filosofia britânica produzida nos séculos XVII e XVIII abrange temas que passam por quase todas as áreas da filosofia, definindo contornos decisivos para futuras abordagens no campo da filosofia política, da ética, da teoria do conhecimento e da estética. Nesse contexto, destacam-se autores distintos que em conjunto estabelecem uma unidade não necessariamente pautada na concordância das suas teses, mas, sobretudo, a partir de elementos conceituais que dialogam entre si e reconfiguram, em grande medida, aspectos importantes do debate filosófico. Este volume especial da Revista de Ética e Filosofia Política da UFJF é dedicado a essa tradição filosófica, reunindo artigos que visam representar a amplitude e importância dos assuntos por ela abordados.

Em Hobbes, Mandeville, Shaftesbury e Hutcheson, por exemplo, encontram-se discussões fundamentais acerca da natureza humana e sua relação com a moralidade, das quais podem decorrer modos distintos de se compreender a organização política da sociedade. Em *Razão e Conflito no Estado de Natureza Hobbesiano*, Clóvis Brondani procura mostrar em que medida não apenas a paixão contribui para a instauração do conflito no estado natural, mas também a razão, a qual, portanto, não aparece apenas como passagem para o Estado. Nesse sentido, permite-nos vislumbrar a vitalidade da discussão hobbesiana, a qual influencia grande parte da filosofia política do período. Em *Bernard Mandeville e as Escolas de caridade*, Ari Brito discute os argumentos do autor que rejeitam a tese de que a educação das classes trabalhadoras seja favorável ao desenvolvimento da sociedade e que estabelece que a boa sociedade é constituída pela união das buscas egoístas. Assim, permite-nos constatar a influência dos

temas hobbesianos na obra *A Fábula das Abelhas*, do médico holandês Mandeville, que viveu grande parte da sua vida na Inglaterra e nela produziu toda sua obra intelectual. É no horizonte da tese de que a ação humana é movida pelo desejo, ou seja, é sempre auto-interessada, que se move o texto desse autor integrado à filosofia britânica.

Em contraposição a essa interpretação acerca dos motivos que regem a ação humana, presente em Hobbes e Mandeville, uma outra gama de filósofos britânicos, sobretudo do século XVIII, procura legitimar a ação voltada ao interesse público a partir da noção de sentimento moral**.** Shaftesbury e Hutcheson fazem parte desse contexto, a partir do qual, ademais, pauta-se a aproximação entre ética e estética nesse período, assunto objeto do artigo *Beleza e Moralidade em Shaftesbury e Hutcheson.* A discussão sobre a beleza volta-se nesse percurso para a análise da experiência subjetiva da apreciação estética, análise essa presente numa série de autores dentre os quais, além de Shaftesbury e Hutcheson, Addison e Burke. Ainda que Hume não retome simplesmente ou sem ressalvas os autores que cunharam a ideia de sentimento moral, revela-se na sua filosofia moral e estética a influência dessa tradição e dos temas por ela debatidos**.** Haja ou não uma ação desinteressada e represente o juízo moral uma referência a uma motivação que transcende o auto-interesse é uma investigação que se estende por todo o período aqui destacado, incorporando no seu percurso novas configurações. Isso se torna bastante evidente no artigo *A existência de crenças morais torna Hume em um cognitivista moral?*, em que Franco Soares procura defender em que medida aprovar ou não uma ação, na filosofia humeana, não é algo decorrente de uma crença com valor cognitivo, assentando-se no sentimento moral.

No campo da teoria do conhecimento e da filosofia da natureza, deve-se observar que a física moderna, que rompera com a física qualitativa aristotélica, tem influências decisivas na forma como os filósofos ingleses justificam a produção do conhecimento pelo entendimento humano. A distinção, presente já em Galileu, entre

qualidades primárias e secundárias, por exemplo, integra a tentativa de se estabelecer uma correlação entre a produção científica da época e a teoria do conhecimento. Como sabemos, a filosofia newtoniana é decisiva nesse contexto e o seu projeto de consolidar a matematização da física é o ataque decisivo a qualquer resquício da remissão a elementos qualitativos dos corpos para se explicar as leis gerais da matéria. O artigo *O projeto newtoniano de matematização da natureza: uma resposta às explicações qualitativas de Descartes?*, de autoria de Veronica Ferreira Bahr Calazans, mostra como a filosofia cartesiana já apresentava um projeto de matematização da natureza, a qual, contudo, não inseria a matemática na natureza intrínseca dos corpos**,** mas tão somente às relações entre os objetos matemáticos e suas propriedades. Em Newton, destaca o artigo, a matematização da física não apenas é uma metodologia da apreensão do mundo físico pelo sujeito que instaura as relações entre os objetos, sendo a matemática aplicada ao próprio mundo físico, como expressão das leis da mecânica.

Em grande medida o empirismo, tradição que em geral nos vem à mente quando nos reportamos à filosofia britânica, tem por base a pretensão de ter como ponto de partida do conhecimento aquilo que pode ser fornecido pela experiência interna e externa. Entre o conteúdo mental que é formado a partir da experiência e por meio de uma série de mecanismos da mente (como a associação, por exemplo) e o mundo externo, Locke estabelece uma ponte sobretudo a partir das qualidades primárias. A matematização do mundo físico e a distinção entre qualidades primárias e secundárias permitem um salto ontológico, em Locke, da análise da formação de ideias pelo entendimento para a realidade do mundo exterior. Nesse contexto, a teoria das ideias abstratas é essencial porquanto a formação das qualidades primárias é dela dependente, conforme argumenta Berkeley. O artigo *Berkeley e o critério de inteligibilidade na aritmética e na álgebra* tem como pano de fundo essa questão. Nele, o autor Alex Calazans discute a forma como o número é concebido por Berkeley de forma a rejeitar o

entendimento de que ele seja compreendido como pertencente à natureza intrínseca dos corpos (ou seja, como qualidade primárias) e como uma ideia abstrata. Que o número seja apenas um nome e que sua significação seja universal a partir de uma relação com "todas as coleções *possíveis* de serem constituídas em uma unidade estabelecida", como visa mostrar o artigo, é algo decisivo tanto para uma discussão quanto à natureza e o método das ciências quanto para uma crítica do idealismo berkeleyano ao realismo lockeano.

Hume propõe sua análise da Natureza Humana como uma forma de estender o método newtoniano para as ciências morais. Bastante conhecido pela sua teoria sobre a relação de causa e efeito, ele é um filósofo que se dedica a vários temas que marcaram a filosofia britânica. De modo geral, todo esse percurso aqui exposto e que compõe o amálgama constituído pelos artigos que incorporam este volume especial está presente em sua filosofia. Já destacamos que ela incorpora a temática do sentimento moral e o leitor desta edição especial poderá também ter contato com outro assunto a que se dedica a filosofia humeana e que também é configurado ao longo de uma série de análises que se auto-referem. Nessa perspectiva, Flávio Zimmermann, no artigo *Os antecessores de Hume no problema da identidade pessoal*, retoma toda a tradição de ponderações sobre o tema da Identidade Pessoal – composta por filósofos como Joseph Butler, Collins, Shaftesbury, Locke, Berkeley e Bayle – abordando a influência da mesma na obra de Hume. A redefinição humeana do conceito de *mente* poderá ser melhor compreendida pelo leitor também a partir do artigo de André Olivier, *Hume e o "eu" como um teatro das percepções,* no qual é exposta a argumentação do filósofo quanto à impossibilidade de se apresentar uma impressão original para a ideia de identidade pessoal, bem como sua estratégia de fundar essa ficção em uma série de princípios da imaginação.

Filósofo inserido na tradição empirista, Hume é ao mesmo tempo aquele cuja obra revela a crise desse mesmo empirismo, a qual

acaba por influenciar o advento da filosofia crítica kantiana, conforme analisa Rômulo Martins Pereira, no artigo *A herança de Hume ao pensamento teórico de Kant.* Humberto S. Coelho argumenta em *A humanização da experiência no auge da Filosofia Clássica Alemã* que para "superar" o que qualificam como o dualismo kantiano, especialmente Goethe e Hegel teriam dialogado com essa mesma tradição do empirismo cujos limites coube a Hume precisar. A superação do dualismo kantiano exigiria não propriamente uma volta ao empirismo britânico, mas sim uma ligação entre a percepção sensorial e a experiência noética, e esta última com a vida no ambiente da cultura, que, em realidade, reinterpretaria o sentido de *experiência*, eliminando a abstração do empirismo e da filosofia kantiana e reinserindo-a "dentro do quadro da totalidade do desenvolvimento espiritual do homem". Assim, do apontamento de uma incompletude na resposta de Kant à tradição empirista emergem também alguns temas da filosofia clássica alemã, o que mostra que o empirismo britânico de alguma forma dialoga também com o século XIX.

Nesse sentido, fica evidente como as reflexões produzidas pelos filósofos britânicos dos séculos XVII e XVIII encontram ecos no percurso que se seguirá na história da filosofia, sendo a produção dos filósofos brasileiros dedicados a essa tradição uma oportunidade não apenas para a conhecermos melhor, mas também para compreendermos de forma mais aprofundada a reflexão filosófica de modo geral. Este volume da Revista de Ética e Filosofia Política da UFJF pretende oferecer ao público leitor essa oportunidade.

Andrea Cachel